



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO CEARÁ, E, DO OUTRO, A
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO
ESTADO DO CEARÁ, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA (Processo Administrativo nº
8515041-39.2018.8.06.0000).**

AD2/CV Nº 58/2016

Pelo presente Instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, bairro Cambé, em Fortaleza, Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Exmo. Sr. Presidente, Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES, e a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, doravante denominado simplesmente DPGE-CE, com sede na Av. Pinto Bandeira, nº 1.111, Bairro Luciano Cavalcante, em Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.014.521/0001-23, representado neste ato pela Defensora Pública Geral, MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo ao Convênio de Cessão de Servidores firmado em 31.10.2016, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas, em despacho proferido no processo acima epigrafado;
- b) nas disposições contidas no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com as suas posteriores atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 17/09/2018, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo prorrogar por 12 (doze) meses, com início em 31/10/2018 e término em 31/10/2019, o convênio que tem por objeto **a cooperação técnica e/ou**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

administrativa, concernente à cessão recíproca de servidores entre os partícipes, na forma prevista neste Instrumento, respeitada a legislação vigente.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas supracitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 08 de outubro de 2018.

Des. Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Dra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque

Defensora Pública Geral do Estado do Ceará

TESTEMUNHAS:

Giovanna de Oliveira

Nathália Melo Leite